

REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA Principais Indicadores

No final do ano de 2001 foram divulgados os estudos e estatísticas elaboradas pelo Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia Econômica (IBGE) – respectivamente “Desigualdade e Pobreza no Brasil” e “Síntese dos Indicadores Sociais 2000”.

Mesmo contando com diferenças metodológicas, as conclusões de ambos os trabalhos apontam para a significativa **melhora dos indicadores sociais**, especialmente os de saúde e educação, persistindo, entretanto, **a desigualdade na distribuição da renda** como um dos mais graves problemas da sociedade brasileira. Destacam-se, sobretudo, dos avanços que o Brasil vem apresentando em distintos campos da área social, a redução gradual da taxa de mortalidade infantil e do índice de analfabetismo bem como a elevação da taxa de escolarização de crianças e adolescentes em todo país.

Aspectos demográficos

As pesquisas divulgadas indicam a continuidade do **processo de envelhecimento da população brasileira**. A participação das pessoas de menos de 18 anos de idade no total da população brasileira caiu de 38,7% para 36,0%, de 1995 para 1999, enquanto a de pessoas idosas passou de 8,3% para 9,1% no mesmo período.

Esses resultados são reflexos de um duplo movimento: **redução da taxa de fecundidade e elevação da expectativa de vida das pessoas**. A taxa de fecundidade caiu de 2,7 filhos por mulher em 1992 para 2,3 em 1999. As Regiões Norte e Nordeste, apesar de possuírem as maiores taxas de fecundidade do país, são aquelas em que as quedas foram mais acentuadas - 0,8 em média. A Região Sudeste, por sua vez, possui a mais baixa taxa de fecundidade do País (2,1) sendo o Rio de

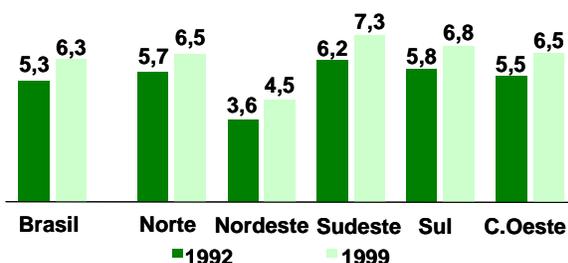
Janeiro (1,94) o único estado cuja taxa situa-se abaixo de 2 filhos por mulher. A **taxa de crescimento da população brasileira**, conseqüentemente, também vem reduzindo-se ao longo dos anos, traduzindo uma reversão das expectativas de um crescimento demográfico explosivo, baseadas nas taxas de crescimento das décadas de 50 e 60, próximas a 3% com uma taxa de fecundidade de 6 filhos por mulher. Diante do nível de fecundidade atual, **a taxa de crescimento populacional é estimada em torno de 1,1%**.

Quanto à **expectativa de vida da população brasileira**, representada pela esperança de vida ao nascer, houve, entre os anos de 1992 a 1999, um incremento médio de 2,1 anos – 66,3 para 68,4 anos. As regiões Sul e Nordeste apresentam a maior (70,8 anos) e a menor (65,5 anos) taxa respectivamente.

Educação

A elevação na taxa de escolarização pode ser entendida pelo aumento da frequência¹ escolar por parte de crianças e adolescentes em todo o País. Em 1999, 95,7% dos jovens de 7 a 14 anos freqüentavam a escola. Na faixa de 15 a 17 anos os resultados são mais expressivos. Enquanto, em 1992, somente 59,7% deste segmento populacional freqüentava a escola, em 1999 o percentual subiu para 78,5%, provavelmente em decorrência da oferta de cursos noturnos de educação juvenil e pela exigência do mercado de trabalho. Outro aspecto importante a ser notado refere-se ao **aumento da média de anos de estudo da população ocupada com 10 ou mais anos de idade**, que passou de 5,3 em 1992 para 6,3 em 1999, conforme o gráfico abaixo.

Média de anos de estudo da população ocupada de 10 anos e mais de idade. Brasil e Grandes Regiões - 1992/1999



Fonte: IBGE, 2001

Um dos grandes avanços na área de educação refere-se à **redução do analfabetismo**. A taxa de analfabetismo das crianças de 10 a 14 anos de idade baixou de 9,9%, em 1995, para 5,5%, em 1999. Na Região Nordeste (12,7%), essa taxa ainda se mantém bastante distanciada das referentes às Regiões Centro-Oeste (2,8%), Sudeste (1,4%) e Sul (1,3%). Na população de 10

anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo no Brasil ficou em 12,3%, sendo de 12,5% para os homens e de 12,1% para as mulheres.

A elevação na escolaridade contribuiu diretamente para a melhora no nível de instrução da população. De 1995 para 1999, o percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade que tinham pelo menos o 2º grau concluído (11 anos ou mais de estudo) elevou-se de 15,5% para 19,0%. Cabe destacar que o **nível de instrução das mulheres vem, historicamente, superando o dos homens**. Em 1999, a parcela da população que concluiu pelo menos o 2º grau representava 17,5% da população masculina e 20,4% da feminina. O mesmo resultado é obtido para a proporção mais jovem da população. A taxa de escolarização dos meninos continuou inferior à das meninas. Em 1999, a proporção de meninos de 7 a 14 anos fora da escola era de 4,7%, contra 3,9% das meninas. Ainda assim, já é possível perceber uma diminuição na defasagem, uma vez que a diferença entre as taxas já não é tão significativa em termos absolutos.

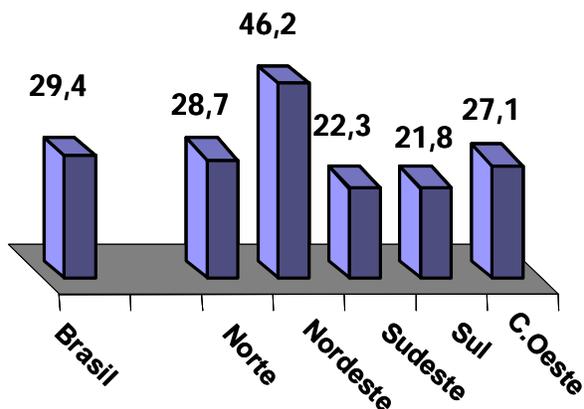
Em decorrência da taxa de escolarização feminina permanecer mais elevada, o nível de instrução das mulheres manteve-se em patamar nitidamente mais alto que o dos homens. Em 1999, a proporção de mulheres com pelo menos o segundo grau concluído situou-se 2,9 pontos percentuais acima da referente à população masculina. Entretanto, a disparidade entre o nível de instrução dos dois gêneros é muito mais acentuada na população ocupada, pois o ingresso feminino no mercado de trabalho tende a aumentar com a elevação do seu nível educacional. No período 1995-1999, a proporção de pessoas com pelo menos o

¹ A elevação na taxa de escolarização pode ser medida pelo aumento da frequência escolar ou pelo aumento do número de matrículas. Destaca-se que estes indicadores não correspondem ao efetivo número de alunos que concluem o ano letivo.

segundo grau concluído subiu de 17,3% para 21,2%, na população ocupada masculina, e de 24,9% para 30,4%, na feminina.

Um ponto importante a ser abordado refere-se à questão do **analfabetismo funcional**. Analfabetos funcionais são pessoas que possuem menos de quatro anos de estudo, ou seja, pessoas que tiveram acesso à escola em algum momento da vida, mas que são incapazes de ler, escrever ou realizar as quatro operações fundamentais da matemática. No Brasil, o número de analfabetos funcionais é ainda bastante relevante, ainda que as tendências de queda já sejam evidentes.

Taxa de analfabetismo funcional (%)
- Brasil e Grandes Regiões - 1999



Fonte: IBGE, 2001

Cultura

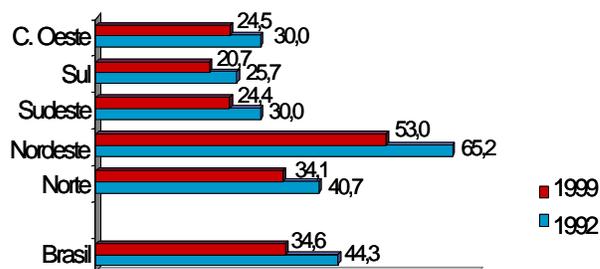
Segundo o resultado de um levantamento elaborado pelo IBGE em 1999 e que traça o perfil administrativo dos 5.507 municípios brasileiros, a estrutura de equipamento cultural é bastante deficitária e concentrada no país: 73% das nossas cidades têm menos de 20 mil habitantes, onde quase não há

oferta de lazer, cultura e serviços de cidadania - como delegacias da mulher e defesa do consumidor. Em 82% destas cidades não existem museus; em 84,5% não há teatro, em 92% não funciona sequer uma sala de cinema; 85% não tem provedor de internet próprio e em cerca de 20% não existem bibliotecas públicas. No entanto, 98,3% das cidades captam imagens da televisão e as vídeo-locadoras estão instaladas em 64% dos municípios do País. Assim, por razões geográficas, de renda ou mesmo da natureza dos equipamentos culturais (museus necessitam de acervos, por exemplo), o acesso aos equipamentos e bens culturais é também altamente concentrado no País.

Saúde

Na área de saúde, o grande destaque refere-se à sensível redução da mortalidade infantil no País. Cabe observar, no entanto, que as diferenças entre as regiões ainda são significativas, conforme se observa pelo gráfico a seguir.

Taxa de Mortalidade Infantil
(por mil nascidos vivos)
Brasil e Grandes Regiões



Fonte: IBGE, 2001

A taxa de **mortalidade de jovens entre 15 e 19 anos** é outro indicador que merece destaque. Mais de dois terços das mortes ocorridas nesse segmento da população são **por causas violentas** (homicídios, acidentes de trânsito, suicídios, etc.). São Paulo (77,4%), Distrito Federal (74,0%) e Rio de Janeiro (73,7%) despontam entre os estados que apresentam os índices mais críticos de mortalidade relacionada à violência.

Por fim, os dados revelam a existência de uma correlação direta entre renda e acesso a equipamentos privados de saúde. De acordo com os dados do IBGE, no universo composto pelos 40% mais pobres, apenas 5,2% declararam possuir planos de saúde privado em 1998. Já no grupo populacional composto pelos 10% mais ricos, esse número foi de 74,9%. Tais números atestam que os serviços oferecidos pela rede SUS destinam-se fundamentalmente para famílias de baixa renda, enquanto famílias de poder aquisitivo mais elevado utilizam-se preferencialmente da rede privada de saúde.

Trabalho infantil

A **redução do número de crianças trabalhando** é também um ponto importante a ser observado. O percentual de crianças de 5 a 14 anos de idade trabalhando ficou em 9% (o que corresponde a 2,9 milhões de crianças), em 1999, sendo que as meninas representavam cerca de um terço do número total. Do total de crianças ocupadas nesta mesma faixa etária, 87,1% tinham entre 10 e 14 anos de idade. Neste segmento, a proporção de crianças trabalhando também caiu, passando de 22,4% em 1992 para 16,6% em 1999.



Fonte: IBGE, 2001

A inserção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho é determinada fundamentalmente por três fatores: condições sócio-econômicas, aspectos culturais da região e deficiência no sistema educacional. Em 1990, 23% das crianças brasileiras viviam em famílias consideradas pobres, ou seja, cujo rendimento per capita era de até ½ salário mínimo. Em contrapartida, a taxa de atividade desta parte da população era de 54%. Enquanto isso, para os 5% das crianças que viviam em famílias cujo rendimento *per capita* era superior a 2 salários mínimos a taxa de atividade caía para 30%, demonstrando que a complementação da renda familiar constitui-se em um dos principais fatores que levam ao trabalho infanto-juvenil.

Já no ano de 1995, 63,6% dos adolescentes brasileiros de 15 a 17 anos trabalhavam 40 horas ou mais por semana, sendo que a região Sudeste apresentava a maior taxa do país – 72,1%. Esse número é influenciado principalmente pelo Estado de São Paulo, onde 79,2% da população supracitada encontrava-se trabalhando no ano em questão. As regiões Sul e Sudeste, que possuem um grau de desenvolvimento mais elevado, detêm mercados de trabalho que absorvem

uma proporção maior de adolescentes. Dessa forma, não apenas as condições de oferta, mas também as condições de demanda influenciam o fluxo de jovens no mercado de trabalho.

As atividades desenvolvidas pelos adolescentes estão concentradas em pequenos empreendimentos familiares, especialmente no setor agrícola, e caracterizam-se pela baixa remuneração, jornada excessiva e falta de vínculo empregatício. Os baixos salários refletem a qualificação deficiente destes jovens, já que a maioria não possui o ensino fundamental completo. Desta forma estes trabalhadores caracterizam-se por uma maior exposição aos efeitos negativos dos períodos de recessão (desemprego). Em 1999, a atividade agrícola detinha 80,4% das crianças ocupadas de 5 a 9 anos de idade e 63,2% das ocupadas de 10 a 14 anos de idade, o que demonstra a **concentração do trabalho infantil de crianças em atividades eminentemente agrícolas**. Já os trabalhos exercidos por adolescentes localizam-se tanto nas grandes cidades (na faixa etária de 15 a 17 anos há 580 mil adolescentes empregadas domésticas e 45 mil vivem em lixões, segundo a UNICEF) quanto nas regiões agrícolas.

Rendimento e Desigualdade

Existem diferentes metodologias para se medir, classificar e avaliar aspectos de desenvolvimento e de desigualdade social para os países. A Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, utiliza o **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**. O índice baseia-se em

três indicadores básicos: renda *per capita* esperança de vida ao nascer; taxa de alfabetização da população acima de 15 anos e número de matrículas nos ensinos fundamental e médio divididas pela população em idade escolar. No relatório divulgado pela ONU em 2000, o **Brasil ocupou a 69ª posição**, num total de 162 países. Apesar desta posição intermediária, países como Suriname (64ª), Colômbia (62ª) e Venezuela (61ª), todos da América do Sul, estão à frente do Brasil segundo tais parâmetros. A tabela abaixo fornece uma comparação entre Brasil e Argentina, que apesar da grave crise econômica, mantém uma boa colocação geral no índice.

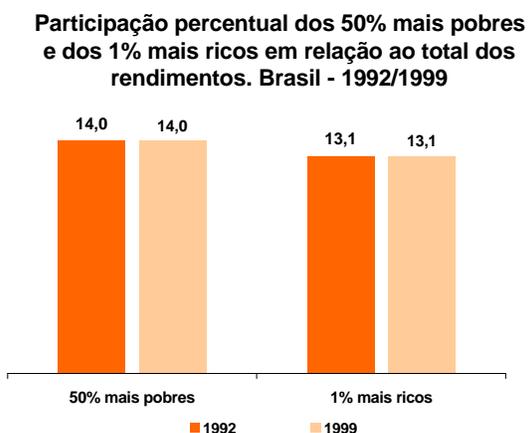
País	Posição no IDH	Renda <i>per capita</i> (US\$)	Expectativa de vida (anos)	Taxa de analfabetismo
Brasil	69	7.037	67,2	12,3%
Argentina	34	12.277	72,9	4%

Fonte: ONU/PNUD, 2001

Pelo sistema de classificação proposto pelo Banco Mundial, o Brasil não pode ser considerado um país pobre. Pelo contrário, a renda *per capita* do País situa-se na faixa de renda média-alta – entre 3.000 e 9.000 dólares – ou seja, aquela imediatamente inferior à composta pelos países mais ricos do mundo. Este fato é corroborado pelo fato de aproximadamente $\frac{3}{4}$ da população mundial viver com uma renda *per capita* inferior à brasileira. Entretanto, mesmo desfrutando de uma riqueza relativa, o Brasil ocupa o incômodo posto de **segunda pior distribuição de renda do mundo**. Em 1998, por exemplo, o País possuía 52,7 milhões de pessoas pobres, e 22,5 milhões de indigentes –

respectivamente 32,7% e 13,9% da população total – números incompatíveis com o volume de riqueza gerado.

Essa situação peculiar de convivência entre riqueza e pobreza é explicada fundamentalmente pelo **processo histórico de concentração de renda que acompanha o desenvolvimento econômico do País**. Em termos relativos, a renda dos 10% mais ricos da população brasileira é 28 vezes maior que a renda dos 40% mais pobres. Na maior parte dos países, esta relação é de 5 a 10 vezes. O gráfico abaixo traz mais alguns números referentes ao elevado grau de desigualdade existente no Brasil.



Fonte: IBGE, 2001

Em 1999, o rendimento médio dos 40% mais pobres da população brasileira foi de R\$125 reais. Já o rendimento médio dos 10% mais ricos da população atingiu R\$ 2.477,61, que somam aproximadamente 19 salários mínimos. Na mesma comparação, entre os 40% mais pobres da população, 31,1% possuem domicílios com saneamento básico, 2,8% são estudantes de nível superior, 32,1% são empregados sem carteira de trabalho assinada, 25,7% são trabalhadores na agropecuária e apenas 8,8% são trabalhadores na indústria de

transformação. Já em relação aos 10% mais ricos da população, 80,5% possuem domicílios com saneamento básico, 25,5% são estudantes de nível superior, apenas 6,8% são empregados sem carteira de trabalho assinada, 3,9% são trabalhadores na agropecuária e 14,6% são trabalhadores na indústria de transformação.

A **desigualdade na distribuição da renda** pode ser visualizada em termos de apropriação de salários mínimos. **Enquanto 20,1% dos trabalhadores recebiam até 1 salário mínimo no ano em referência, somente 2,2% ganhavam mais de 20 salários mínimos.**

A apropriação da renda também é bastante desigual em relação à **composição de cor/raça da população**. Os números mostram que a população de cor branca tem melhores rendimentos que a preta e a parda. No Brasil, 12,1% das famílias cujos chefes são brancos vivem com meio salário mínimo per capita, enquanto as proporções de famílias chefiadas por pretos e pardos variam entre 24,5% e 30,4%. Em contrapartida, no outro extremo, com mais de 5 salários mínimos de renda, estão quase 15% de famílias brancas e apenas 3% de pretas e pardas. A consequência deste distanciamento entre brancos, negros e pardos é refletida em indicadores como as taxas de analfabetismo, que apesar da tendência de queda, ainda são duas vezes maiores para pretos e pardos do que para brancos.

Por fim, as desigualdades em termos de apropriação do rendimento também são sentidas na **questão de gênero**. Apesar da defasagem entre os rendimentos dos dois gêneros continuar diminuindo, a

remuneração média mensal de trabalho das mulheres ainda se estabelece em um patamar muito inferior ao dos homens. No grupo de pessoas ocupadas com média de trabalho das mulheres em 1995 representava 62,6% da recebida pelos homens e, quatro anos depois, alcançou 69,1%. As mulheres já representam 24,9% dos “chefes de família”, sendo que os maiores percentuais se encontram no Distrito Federal e Rio de Janeiro.

Infância e Juventude

Indicadores da Unicef demonstram a situação da infância e juventude no Brasil, após 10 anos da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O desenvolvimento infantil é um direito violado, dado que a cada 5 minutos morre uma criança com menos de um ano. A cada ano, 1 milhão de crianças não são registradas no primeiro ano de vida. Nas crianças de zero a três anos, apenas 8% freqüentam creches. Apenas 36,4% das crianças de quatro anos e 66,6% das crianças de cinco e seis anos freqüentam a pré-escola. As vagas nas pré-escolas, porém, aumentaram em 30% e o número de professores em 62%.

Todo ano, 30 mil adolescentes passam por entidades de privação de liberdade e cerca de 60% deles são privados de liberdade por rigor na definição da pena ou ineficácia na aplicação da medida sócio-educativa. Nos jovens de 15 a 19 anos, 72% dos óbitos ocorrem por causas externas. Nos casos de Aids, 13,4% são de jovens de 10 a 24 anos: 72% do sexo masculino e 28 % do sexo feminino.

Síntese

Ao longo dos últimos anos, o Brasil obteve avanços importantes em áreas centrais em termos de políticas públicas, governamentais ou não, no campo social. Na saúde, além da redução da taxa de mortalidade infantil, programas como “Saúde de Família”; “Pastoral da Criança”; “Mãe Canguru”; “Médico de Família”; agentes de saúde comunitários, por exemplo, beneficiaram uma parte da população não atingida pelas políticas de saúde tradicionais, ampliando o acesso a medicamentos e, principalmente, a informações fundamentais, contribuindo para um modelo nacional de saúde baseado na prevenção.

Na área educacional, destacam-se o crescimento da taxa de escolarização de crianças e adolescentes e a redução da taxa de analfabetismo. Esses resultados são consequência, dentre outros fatores, de programas como o Bolsa Escola, que incentiva a permanência da criança na escola ao oferecer uma alternativa de renda à sua família, e do Fundo de Valorização do Magistério (Fundef). Cabe observar, entretanto, a importância de se garantir que a elevação da escolaridade seja feita com qualidade, evitando distorções que tenham que ser corrigidas no futuro. O aumento da escolarização provoca um deslocamento da questão da universalização do acesso às escolas para a melhoria da qualidade do ensino.

Cabe notar que o quadro geral das desigualdades tendeu a se manter inalterado apesar dos avanços obtidos.

A precariedade de acesso aos rendimentos e aos bens (serviços) produzidos pela sociedade por uma grande parcela da população brasileira é agravada em determinadas regiões e grupos raciais. A Região Nordeste é aquela que apresenta as maiores taxas de analfabetismo entre jovens e adultos e as maiores taxas de mortalidade infantil do país, por exemplo. E mesmo nesta Região, há um distanciamento significativo entre brancos, pardos e pretos, sendo os melhores resultados invariavelmente relacionados ao grupo de pessoas brancas. Como exemplo destaca-se que do total de

famílias brancas do país, 12,7% eram consideradas pobres em 1999. Para pretos e pardos, esses números eram de 26,2 e 30,4% respectivamente. Não surpreendentemente, o grupo de pessoas negras e pardas tende a possuir um nível de renda inferior, condições de vida mais precárias e menores possibilidades de ascensão social. A redução destas disparidades é condição não apenas para o enfrentamento das dificuldades sociais que o País enfrenta, mas também para o alcance de taxas de crescimento mais elevadas no futuro.

Referências Bibliográficas

IBGE (2001) "Síntese de Indicadores Sociais 2000".

IPEA (2000) "Desigualdade e Pobreza no País"

ONU/PNUD (2001) "Relatório de Desenvolvimento Humano 2001"

Agência de Notícias dos Direitos da Infância (disponível on-line): www.andi.org.br

Equipe

Cláudia Soares Costa - Gerente Setorial

Gabriel Rangel Visconti - Economista

Editoração - Ana Lúcia de Avellar

Não reflete necessariamente as opiniões do BNDES.

É permitida a reprodução parcial ou total deste artigo desde que citada a fonte.
